

LEI N.º 889 /2009 de 08 de dezembro de 2009.

EMENTA: “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010 e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, e tendo em vista o disposto no art. 124, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado, faz saber que converteu o Projeto de Lei nº 006 de 27 de julho de 2009, na seguinte Lei:

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º. Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para elaboração e execução do orçamento do Município de São João para o exercício financeiro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 165 § 2º da Constituição Federal, art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, art. 123 § 2º da Constituição do Estado de Pernambuco e art. 89 Inciso II da Lei Orgânica Municipal, observadas as normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

Parágrafo único. As diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010 compreendem:

- I – as prioridades e metas da administração municipal;
- II – a organização e estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – a política de aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento do ensino e às ações de saúde;
- VII – as disposições sobre os fundos especiais;
- VIII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária.
- IX – as disposições gerais.

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º. Constituem prioridades para elaboração do Orçamento para o exercício de 2010, as ações constantes do Anexo I desta Lei que terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos dos respectivos órgãos, visando o desenvolvimento de políticas sociais voltadas



para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, deduzindo as desigualdades e disparidades sociais, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§ 1º. As Prioridades para o exercício de 2010, constantes do anexo I, a que se refere o "caput" deste artigo, servirão de base para a seleção dos projetos e atividades a serem contempladas com dotações orçamentárias no Projeto de Lei Orçamentária e respectiva Lei Orçamentária e deverão constar do Plano Plurianual para o período 2010 a 2013, ou serem incluídas na proposta de alteração do Plano Plurianual a ser encaminhada ao Poder Legislativo por ocasião da remessa do Projeto de Lei Orçamentária.

§ 2º. A lei orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas nesta Lei e seus anexos e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I - provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
- II - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal; e
- III - conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 3º. As prioridades selecionadas para inclusão na proposta orçamentária serão desdobradas em projetos e atividades, conforme o caso, e representadas por codificação seqüencial alocadas em cada unidade orçamentária, segundo a estrutura administrativa do Município.

§ 4º. Fica vedado, durante a execução orçamentária, pelo Poder Executivo, a adoção de projetos ou atividades não incluídas nas prioridades constantes do anexo I, exceto para a cobertura de despesa decorrentes de estado de emergência ou calamidade pública.

DAS METAS FISCAIS

Art. 3º. Integram esta Lei os anexos de metas fiscais de que tratam os §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, constituindo ainda metas fiscais para o exercício de 2010, as seguintes:

- I – geração de resultado primário positivo;
- II – geração de resultado nominal positivo;
- III – redução do montante da dívida fundada e flutuante;
- IV – redução do montante de precatórios judiciais;
- V – manutenção das despesas de pessoal dentro dos limites fixados;
- VI – redução do montante dos restos a pagar;



- VII – aumento da arrecadação própria do município;
- VIII – retomada das ações de investimentos em obras de infra-estrutura;
- IX – redução do déficit financeiro;
- X – redução do montante da dívida ativa através da efetiva cobrança.

Parágrafo único. A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2010 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nos Anexo VI e VIII demonstrativos de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 4º. As despesas deverão apresentar equilíbrio com relação às receitas previstas, podendo, excepcionalmente, no decorrer do exercício, superar as receitas, desde que o excesso da despesa seja financiado pelo saldo das disponibilidades financeiras transferido do exercício anterior.

Art. 5º. O orçamento anual do Município abrangerá os poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias, Órgãos e Entidades.

§ 1º. O montante das despesas não poderá ser superior ao das Receitas.

§ 2º. As unidades orçamentárias projetarão suas despesas, tomando por base os gastos realizados no primeiro semestre do exercício corrente e nos preços praticados no mercado, considerando-se o aumento ou diminuição dos serviços prestados e a estimativa da receita.

§ 3º. O valor estimado da Receita será obtido com base na análise das demonstrações da previsão de arrecadação para o corrente exercício, reprogramada se necessário, e da receita arrecadada nos quatro últimos exercícios, considerando-se os efeitos das modificações na Legislação Tributária, as quais serão objeto de Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Municipal até o dia 30 de novembro de 2009 e promulgada antes do encerramento do exercício, para vigência a partir do exercício seguinte, bem como, as circunstâncias de ordem conjuntural que possam afetar a arrecadação de cada fonte de receita.

§ 4º. Poderão ser previstas despesas a serem financiadas por transferências voluntárias da União ou do Estado através de convênios, podendo, neste caso, as receitas previstas superarem o valor constante da estimativa de receita de que trata o art. 31 desta Lei.

§ 5º. Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos.

§ 6º. O Montante da despesa será obtido mediante estimativa de custos dos Projetos e atividades, considerando-se o valor destinado a Reserva de Contingência.



§ 7º. Caberá ao Poder Executivo, elaborar um Projeto de Lei orçamentária contendo obras e serviços com possibilidade de serem realizadas durante o exercício ou que as parcelas a serem transferidas para o exercício seguinte estejam cobertas pela transferência de saldos financeiros ou sejam contempladas no orçamento seguinte.

§ 8º. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2010 e em créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do governo.

Art. 6º. Os orçamentos dos Fundos e da autarquia deverão ser apresentados até o dia 30 de agosto de 2009, para inclusão no Orçamento Geral do Município, acompanhados de parecer de caráter opinativo dos respectivos Conselhos.

Art. 7º. As locações ou arrendamentos de imóveis comerciais ou residenciais para instalação de órgãos da administração deverão estar relacionadas com as prioridades estabelecidas nesta Lei, serem destinadas a instalações de sedes de Secretarias, por necessidade em razão de excepcional interesse público ou localizados em outras cidades, para servirem de apoio a pessoas em tratamento de saúde fora do domicílio.

Art. 8º. São vedadas despesas com aquisição e manutenção de veículos de representação, ressalvadas as referentes ao Prefeito e ao Presidente do Poder Legislativo.

Art. 9º. As despesas com cooperação técnica e financeira do Município com outros níveis de Governo far-se-á em categoria de programação específica, classificada exclusivamente como transferências, mediante convênio.

Parágrafo Único. As despesas realizadas como contribuição financeira para manutenção de serviços básicos de interesse da população, mantidos pelo poder público e de outras esferas de governo, serão classificadas como despesas de custeio, no elemento de despesa apropriado, só podendo ser realizadas mediante convênio.

Art. 10. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias;
- II – adequação da legislação tributária municipal para atendimento da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional).



ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 11. O Projeto de Lei do Orçamento será elaborado de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e será composto por:

- I – Orçamento Fiscal;
- II – Orçamento da Seguridade Social;
- III – Orçamento dos seguintes Fundos:
 - a) Fundo de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente;
 - b) Fundo Municipal de Saúde;
 - c) Fundo Municipal de Assistência Social;
 - d) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização do Magistério – FUNDEB;
 - e) Fundo Municipal da Cultura;
 - f) Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João – IPREVIS.

§ 1º. Os fundos especiais terão orçamentos próprios que serão incluídos no orçamento geral do Município, vinculados às unidades orçamentárias.

§ 2º. São consideradas unidades gestoras aquelas unidades orçamentárias com orçamento e contabilidade próprios, subordinadas a um determinado gestor, definido por lei ou mediante delegação de competência..

§ 3º. O orçamento demonstrará, em separado, a programação da despesa a ser custeada com recursos recebidos através de transferências para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

Art. 12. O Orçamento Fiscal compreende todas as receitas destinadas a custear as despesas com pessoal e encargos sociais, outros custeios administrativos e operacionais, as transferências correntes, outras despesas correntes e os investimentos em obras e instalações, equipamentos e material permanente, inversões financeiras, transferências de capital e amortização da dívida, não contempladas no orçamento da seguridade social.

Art. 13. O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado de modo a identificar, através de codificação própria, os projetos e atividades programadas.

§ 1º. A Classificação da receita obedecerá às especificações constantes do Anexo I a Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001, divulgado pela Portaria STN nº 180 de 21 de maio de 2001, alteradas pelas portarias nºs 325 e 326 de 27 de agosto de 2001, aplicadas de acordo com a portaria nº 340 de 26 de abril de 2006 e 245 de 27 de abril de 2007 da Secretaria do Tesouro Nacional.



§ 2º. A despesa obedecerá à classificação funcional programática, introduzida pela Portaria n.º 42 de 14 de abril de 1999 do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º. As receitas decorrentes de Transferências Patronais feitas pelos Poderes e órgãos do Município ao Regime Próprio de Previdência Social serão classificadas de acordo com o art. 2º da Portaria Interministerial n.º 338, de 26 de abril de 2006.

Art. 14. A despesa, quanto a sua natureza, será classificada por categorias econômicas, grupos de despesa, modalidade de aplicação, e elementos de despesas obedecendo ao disposto na Portaria Interministerial n.º 163 e alterações posteriores.

§ 1º. As despesas decorrentes de Transferências Patronais ao Regime Próprio de Previdência Social serão classificadas de acordo com o art. 1º da Portaria Interministerial n.º 688 de 14 de outubro de 2005 e portaria n.º 245 de 27 de abril de 2007.

§ 2º. Os programas a serem incluídos nos orçamentos fiscal e da seguridade social são os constantes do Anexo XV desta Lei.

Art. 15. Os órgãos e Unidades Orçamentárias terão sua classificação institucional acoplada a uma codificação composta por cinco dígitos, onde o primeiro dígito indica o Poder, o segundo e o terceiro dígitos indicam o órgão, o quarto dígito indica a Unidade Orçamentária e o quinto dígito indica a unidade administrativa ou gestora.

Art. 16. Os órgãos são identificados pelos três primeiros dígitos, complementados com dois zeros, obedecendo à organização da Estrutura Administrativa Municipal do Poder ao qual estão vinculados.

Art. 17. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível de classificação institucional;

II – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.

III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;



IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

V – Resultado Primário, diferença positiva entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras, demonstrando que as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras no exercício.

VI – Resultado Nominal, representa a diferença do saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de 2007 em relação ao apurado em 31 de dezembro de 2008.

§ 1º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária e na respectiva Lei, por funções, sub-funções, programas, projetos e atividades.

§ 2º. Cada projeto e atividade identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

§ 3º. As modificações propostas nos termos do art. 91, § 5º da Lei Orgânica Municipal deverão preservar os códigos seqüências da proposta original.

§ 4º. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Art. 18. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação e os elementos de despesa.

§ 1º. A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, representado pela letra ‘F’ ou da seguridade social, representado pela letra ‘S’.

§ 2º. Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gastos a seguir discriminados:

- I – pessoal e Encargos Sociais (1);
- II – juros e encargos da dívida (2);
- III – outras despesas Correntes (3);
- IV – investimentos (4);
- V – inversões financeiras (5);
- VI – amortização da dívida (6);
- VII – Reserva do RPPS; e
- VIII – Reserva de Contingência.



§ 3º. A Reserva de Contingência, prevista no art. 27 desta Lei, será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º. A especificação da modalidade de aplicação observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I – Transferências a União – 20;
- II – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – 30;
- III – Transferências a Municípios – 40;
- IV – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos – 50;
- V – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos – 60;
- VI – Transferências a Instituições Multigovernamentais - 70
- VII – Transferências a consórcios públicos – 71;
- VIII – aplicação direta - 90.
- IX – Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 91.

Ar. 19. A programação da despesa especificada por projeto e atividade indicará a fonte de recurso.

Parágrafo Único. São as seguintes as fontes de recursos:

- 1 – recursos do tesouro;
- 2 – recursos de outras fontes;
- 3 – recursos vinculados da União;
- 4 – recursos vinculados do Estado;
- 5 – recursos de convênios.

Art. 20. As eventuais alterações na Estrutura Administrativa do Município, para efeito de introdução na estrutura orçamentária, deverão estar em vigor até o dia 30 de agosto de 2009.

Parágrafo Único. As modificações introduzidas na estrutura administrativa que afete a estrutura orçamentária no decorrer do exercício financeiro serão feitas através de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um órgão para outro, mediante autorização legislativa ou pela abertura de Créditos Adicionais Especiais na forma da Lei.

Art. 21. Além do texto da Lei e dos quadros demonstrativos da Receita e da Despesa de que trata a Lei Federal n.º 4.320/64, o Orçamento deverá apresentar os quadros que demonstrem:

- I - Texto da Lei;
- II - Discriminação da legislação da receita e da despesa;



- III - A evolução de receita;
- IV - Consolidação da receita por fontes;
- V - Tabela explicativa da despesa por órgãos;
- VI - Tabela explicativa da despesa por funções;
- VII - Tabela explicativa da despesa por categoria e grupos de natureza da despesa;
- VIII - Demonstrativo da despesa por funções e fonte de recursos;
- IX - Demonstrativo da despesa por órgãos consolidando projetos e atividades;
- X - Demonstrativo da despesa por órgãos consolidando grupos e de despesas;
- XI - Demonstrativo da despesa por órgãos consolidando modalidade de aplicação;
- XII - Demonstrativo da despesa por órgãos consolidando categoria econômica;
- XIII - Demonstrativo da despesa por funções consolidando projetos e atividades;
- XIV - Demonstrativo da despesa por funções consolidando categorias econômicas;
- XV - Demonstrativo da despesa por programas consolidando projetos e atividades;
- XVI - Demonstrativo da despesa por programas consolidando categorias econômicas;
- XVII - Quadro demonstrativo da aplicação dos percentuais obrigatórios definidos por Lei.
- XVIII - Demonstrativo da origem dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- XIX - Demonstrativo dos recursos vinculados a ações de saúde;
- XX - Demonstrativos dos riscos fiscais considerados;
- XXI - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previsto para o exercício de 2010;

§ 1º. Os quadros da evolução da Receita e tabelas explicativas da despesa abrangerão no mínimo quatro exercícios para a receita e três para a despesa.

§ 2º. Os orçamentos dos Fundos e do Instituto de Previdência do Município de São João demonstrarão a evolução da receita e da despesa realizada nos três últimos exercícios e previstas para o exercício de 2009.

§ 3º. Acompanharão a proposta orçamentária além dos quadros constantes dos incisos deste artigo:

- I – demonstrativo da receita Corrente Líquida do Último semestre;
- II – demonstrativo da Despesa Total com pessoal no ultimo semestre.



Art. 22. Os documentos referidos nos incisos do artigo anterior serão encaminhados com o original impresso autografado pelo Prefeito, na forma em que se constituirá na Lei de Orçamento, após aprovação pela Câmara Municipal e serão disponibilizados na "Internet", em quadros simplificados, de acordo com o art. 48 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. O original do Projeto de Lei Orçamentária será entregue ao Poder Legislativo também disponibilizado em meio magnético de processamento eletrônico.

DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 23. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social.

Parágrafo Único. O orçamento da Seguridade Social contemplará Recursos destinados a custear despesas com programas para geração de emprego, geração de renda mínima, alimentação e moradia digna, qualificação da mão de obra e cursos profissionalizantes.

Art. 24. Consideram-se exclusivamente como ações e serviços básicos de saúde, para os efeitos do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a totalidade das dotações incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, exceto aquelas custeadas com recursos provenientes de transferências do SUS e de convênios.

Art. 25. O Regime Próprio de Previdência Social do Município terá orçamento próprio, gestão desvinculada, e suas receitas serão exclusivamente destinadas ao custeio dos benefícios previdenciários definidos em Lei e das despesas administrativas, observado o limite legal.

§ 1º. As sobras resultantes da aplicação da taxa de administração no custeio das despesas administrativas de cada exercício constituem fundo de reserva financeira para ser utilizada em exercícios seguintes, nos mesmos fins a que se destinam.

Art. 26. O Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social incluirá em suas dotações previsões para assegurar os reajustes dos benefícios previdenciários, os quais ficam autorizados, observada em todos os casos a legislação vigente.

Art. 27. É vedada a inclusão na lei orçamentária anual, bem como em suas alterações, dotações destinadas ao pagamento de aposentadorias complementares dos servidores municipais.



Art. 28. Consideram-se ações de assistência social a totalidade das dotações incluídas nos orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 29. A Lei Orçamentária conterá dotação para o custeio de benefícios previdenciários não contemplados na Lei de Previdência Própria, assegurados aos seus servidores e para cobertura do déficit matemático existente.

Art. 30. Será divulgado, a partir do 1º bimestre de 2010, junto com o relatório resumido de execução orçamentária, demonstrativo das receitas e despesas destinadas à seguridade social.

DA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 31. O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida para o exercício subsequente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 32. Os anexos do Projeto de Lei Orçamentária para 2010, assim como a respectiva Lei, terão a mesma formatação dos anexos da Lei Orçamentária de 2009, exceto os resultantes das alterações introduzidas por esta Lei.

Art. 32. Os valores das receitas e das despesas contidas na Lei Orçamentária para o exercício de 2010 e nos quadros que a integram serão expressos em valores correntes.

Art. 34. Na fixação das despesas e dos investimentos serão observadas as prioridades constantes do Anexo I desta Lei, dando-se preferência aos projetos que estejam em fase de execução.

Parágrafo Único. Não poderão ser programados novos projetos:

I - A custa de anulação de dotações destinadas aos investimentos em andamento, desde que tenham sido executados 10% (dez por cento), do projeto.

II - Sem prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 35. Os projetos constantes do Orçamento vigente, cuja execução no atual exercício seja impossível, serão transferidos para a proposta orçamentária para o exercício de 2010, com previsão de novos valores, para garantia da observância do Plano Plurianual.

Art. 36. Constará no Orçamento Programa, dotação específica destinada ao pagamento de precatórios e/ou sentenças judiciais.



Art. 37. A inclusão de dotações para pagamento de precatórios dependerá da apresentação de certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda, certidão do trânsito em julgado dos embargos a execução ou certidão de que não tenha sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 38. O pagamento de precatórios cujo valor individual seja superior ao valor equivalente a 3% (três por cento) da receita mensal proveniente das Transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) será dividido em tantas parcelas quantas forem necessárias para quitação do mesmo, dentro do limite de que trata este artigo.

§ 1º. O pagamento de precatórios judiciais obedecerá rigorosamente à ordem cronológica e os precatórios não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada do Município.

§ 2º. As despesas com pagamento de precatórios judiciais não excederão, no exercício, a 3% (três por cento) da receita proveniente das transferências do Fundo de Participação dos Municípios.

§ 3º. Em caso de pagamento parcelado, a parcela apurada com base na arrecadação mensal será paga até o décimo dia útil do mês subsequente.

Art. 39. A administração manterá controle dos precatórios recebidos em registros onde conste pelo menos:

I – número do Precatório;

II – nome do beneficiário e o número de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

III – número da ação originária;

IV – data do recebimento do precatório;

V – valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;

VI – data do pagamento;

VII – valor pago;

VIII – saldo a pagar.

Art. 40. As dotações alocadas na lei orçamentária destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, quando houver precatórios apagar, só poderão ser anuladas para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, mediante autorização específica do Poder Legislativo, depois de comprovado o valor excedente.



Art. 41. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência limitada a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo V desta Lei.

§ 2º. Consideram-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, a insuficiência de dotações orçamentárias para o custeio de despesas obrigatórias.

§ 3º. A reserva de contingência será constituída pela reserva financeira resultante do superávit financeiro mensal do orçamento fiscal.

§ 4º. Para atender ao disposto no § 1º, a reserva de contingência somente será utilizada, observada a tendência do exercício, no segundo semestre.

§ 5º. Não sendo utilizada a reserva de contingência até o terceiro trimestre, os valores lançados na proposta orçamentária poderão ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 42. Será assegurada, mediante consulta, a participação popular no processo de elaboração da proposta orçamentária e nas modificações do Plano Plurianual.

Parágrafo Único. O Projeto ou Atividade resultante da participação popular não sofrerá emendas que resultem na modificação do seu objeto.

Art. 43. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo se necessário, incluir programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas do Governo.

Art. 44. Serão contemplados na Lei Orçamentária para o exercício de 2010, todos os programas instituídos por Lei até a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 45. O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações nos Projetos de Lei Orçamentária e de abertura de Créditos Adicionais, enquanto não iniciada a votação pela Câmara, da parte cuja alteração é proposta.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 46. A despesa total com pessoal da administração direta e indireta, inclusive autarquias e fundações, fixadas na Lei Orçamentária ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.



§ 1º. O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que trata este artigo, abrange os gastos dos Poderes Legislativo e Executivo nas seguintes despesas:

- I - Remuneração do pessoal ativo a qualquer título e seus adicionais;
- II - Proventos de pensionistas;
- III - Remunerações de mandatos eletivos;
- IV - Subsídios de membros dos Poderes;
- V - Salário Família;
- VI - Encargos sociais e contribuições previdenciárias; e
- VII - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização;
- VIII - Outras despesas de pessoal.

§ 2º. Serão consideradas despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização para efeito do disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, as despesas provenientes de contratação de pessoa física ou jurídica para substituição de servidores pertencentes aos quadros funcionais abrangidos pelos planos de cargos e carreiras dos servidores municipais sendo tais despesas contabilizadas como outras despesas de pessoal.

§ 2º. O limite estabelecido no *caput* será distribuído entre os Poderes na forma abaixo, observado o disposto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000:

- I - Poder Legislativo, 6% (seis por cento);
- II - Poder Executivo, 54% (cinquenta e quatro por cento).

§ 3º. A Câmara Municipal observará o disposto no art. 29 A, § 1º da Constituição Federal, quanto aos gastos com folha de pagamento, incluindo o gasto com o subsídio dos Vereadores.

Art. 47. Ficam autorizadas as criações, transformações e extinções de cargos públicos no exercício de 2010, para adequação do quadro de pessoal às necessidades do serviço e manter o equilíbrio da despesa com o pessoal, bem como, reajustes ou aumentos de vencimentos, criação de vantagens pessoais, gratificações, incentivos, concessões de abonos e implantações ou modificações de planos de carreira de servidores, observados os limites máximos permitidos para despesas com pessoal na forma da Lei e a existência de saldo orçamentário para suportar a despesa.

§ 1º - Para que sejam realizadas as criações, transformações e extinções dos cargos, constantes do *caput* deste artigo, será necessária autorização Legislativa.



§ 2º - Fica autorizada a manutenção de Conselhos Tutelares, com a criação dos cargos de Conselheiro Tutelar, se necessários, remunerado e custeado pelas dotações do Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 3º - Para adequação das despesas de pessoal aos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, poderá ser adotado o processo de disponibilidade de servidores com pagamento de salário proporcional ao tempo de efetivo serviço, mediante extinção de cargos.

Art. 48. A criação de cargos públicos será feita por Lei específica, respeitada a iniciativa, e deverá obedecer a necessidade dos serviços, observando a existência de dotações orçamentárias para suportar as despesas dela decorrentes.

Art. 49. Os cargos ou empregos públicos, cuja vacância ocorrer no exercício de 2010 e os criados no decorrer do exercício, poderão ser preenchidos nos termos do art. 37, inciso II da Constituição Federal, ou mediante contrato temporário por excepcional interesse público na forma da Lei.

Art. 50. Ficam autorizadas as contratações de pessoal por tempo determinado para atender excepcional interesse público, programas temporários, ações e serviços limitados no tempo, bem como substituição de servidores ou ainda quando a nomeação tornar-se onerosa.

Parágrafo Único – As contratações temporárias por excepcional interesse público, observarão a existência de dotação orçamentária específica.

Art. 51. Não se incluem nas vedações de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, pagamento de horas extra contratadas para atender urgência dos serviços nas áreas de educação, saúde e limpeza pública, ou situações de emergência e de excepcional interesse público.

Art. 52. A realização de serviços extraordinários durante o exercício de 2010, no âmbito do Poder Executivo, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, só poderá ocorrer mediante autorização expressa do Prefeito.

Art. 53. Para efeito da apuração da Despesa Total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o art. 18 da Lei Complementar nº 101, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da administração municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

§ 1º. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de material ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de



terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa não será classificada no elemento de despesas destinado a Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.

§ 2º. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito da apuração da Despesa Total com Pessoal, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que simultaneamente:

I - Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categorias extintos, total ou parcialmente;

II – não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 54. Ficam autorizadas as contratações de consultorias e assessorias técnicas para execução de atividades que não possam ser realizadas por servidores do quadro dos órgãos da administração municipal ou quando o serviço exigir especialidade para a sua execução.

Art. 55. Serão previstas na Lei Orçamentária anual despesas específicas para formação, treinamento e capacitação profissional dos servidores e a realização de certames, processo seletivo e concursos públicos, tendo em vista as disposições legais, para melhoria da carreira e preenchimento de vagas nos quadro de cargos e carreiras.

DAS DESPESAS COM O PODER LEGISLATIVO

Art. 56. As despesas com o Poder Legislativo não serão superiores a 8% (oito por cento) do valor da receita tributária e de natureza tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2009, excluídos os gastos com inativos.

Art. 57. Os recursos destinados ao Poder Legislativo serão colocados à disposição do mesmo, de uma só vez, até o dia vinte de cada mês, com base na aplicação da seguinte fórmula:

$$X = \frac{R}{y}$$

Onde: X = Duodécimo mensal;

R = 8% (oito por cento) da Receita do ano anterior (art. 29-A da Constituição Federal);

y = Meses do ano.

Parágrafo único. Em caso de contingenciamento de despesa, a destinação de recursos ao Poder Legislativo obedecerá à programação financeira decretada pelo



Poder Executivo, respeitada a equivalência orçamentária de que trata o art. 29-A, § 2º, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 58. A proposta parcial do Poder Legislativo para 2010 será elaborada de acordo com os parâmetros e as diretrizes estabelecidos nesta Lei e em consonância com os limites fixados nos termos do Art. 29 A da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional 25, de 14 de fevereiro de 2000, devendo ser encaminhada até 15 de Agosto de 2008 à Secretaria de Finanças, para efeito de consolidação da proposta orçamentária geral.

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 59. Na execução orçamentária serão consideradas prioritárias para pagamento, as despesas com:

- Pessoal;
- Encargos Sociais e Obrigações Patronais;
- Pagamento da dívida fundada e flutuante;
- Parcelamento de débitos para Institutos de Previdência;
- FGTS e PASEP;
- Precatórios Judiciários.

Art. 60. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º. Do total resultante da aplicação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as receitas resultantes de impostos a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o Município destinará, no exercício de 2010 valores correspondentes aos percentuais definidos no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal para a formação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

§ 2º. Os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino serão colocados à disposição do órgão responsável pela educação, de acordo com o disposto no § 5º do art. 69 da Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, ou depositado em conta específica.

Art. 61. Do total das Receitas Resultantes de Impostos, será destinado, no mínimo 15% (quinze por cento), para as ações de Saúde executadas através do Fundo Municipal de Saúde, observado o disposto no art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Os recursos destinados às ações de saúde serão colocados à disposição do Fundo Municipal de Saúde ou depositado em conta específica.



Art. 62. Quando a rede oficial de ensino for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidos auxílios financeiros através de convênios a instituições privadas, ou contratados estabelecimentos da rede particular, mediante pagamento por aluno ano, cujo valor não poderá exceder ao fixado para repasse dos recursos do FUNDEB.

Art. 63. Quando a rede oficial de saúde for insuficiente para atender a demanda ou nos casos em que o serviço público não atenda, poderão ser concedidos auxílios financeiros através de convênios a instituições privadas para prestar atendimento, ou contratados estabelecimentos da rede particular, mediante pagamento por atendimento, observado o disposto na Lei Federal nº 8.666 de 23 de junho de 1993.

Art. 64. Para cumprimento do disposto no artigo 167 da Constituição Federal, serão vedados:

- I - O início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual;
- II - A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III - A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, aprovado pelo legislativo por maioria absoluta, observada a legislação vigente;
- IV - A vinculação de receita resultante de imposto a órgãos, fundos ou despesas, ressalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e ações de saúde;
- V - A abertura de créditos suplementares ou especiais sem prévia autorização Legislativa, sem valor definido e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI - A transposição, o remanejamento ou transferência de recurso de uma categoria de programação para outra, ou de órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

Art. 65. A criação de fundos dependerá da existência de recursos orçamentários para supri-los ou da abertura de créditos adicionais.

Parágrafo Único. Os Fundos Especiais constituirão Reserva Financeira vinculada, identificados para efeito de classificação institucional, com o dígito 9 (nove) e ordem seqüencial.



Art. 66. Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo elaborará o quadro de metas bimestrais de arrecadação, por fonte e rubrica de receita, especificando as medidas para combater a evasão e a sonegação, e informará:

- I – a quantidade e os valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa;
- II – montante dos créditos tributários em cobrança administrativa;
- III – montante de débitos parcelados;
- IV – ações finalizadas.

Art. 67. No mesmo prazo, após a publicação do orçamento anual, para cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o Chefe do Executivo estabelecerá através de decreto, a programação financeira bimestral e o cronograma mensal de desembolso, nos termos do disposto nos artigos 47 a 50 da Lei Federal 4.320/64.

Parágrafo Único. Os recursos vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação, nos termos do art. 8º parágrafo único da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 68. Ultrapassada a programação financeira determinada para um bimestre, será procedida à limitação de empenho e movimentação financeira visando o enquadramento das despesas nos trinta dias subseqüentes, não se incluindo como objeto de limitação às obrigações legais e constitucionais do Poder, bem como as despesas definidas como prioritárias na forma do art. 59.

§ 1º. A limitação de empenho será definida por decreto do executivo, tendo o montante da limitação apurado até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, respeitadas as despesas livre de limitação nos termos desta Lei.

§ 2º. O Poder Legislativo no mesmo prazo previsto no parágrafo anterior, editará norma estabelecendo o montante indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 69. Fica o Executivo Municipal autorizado a deduzir dos repasses financeiros e duodécimos mensais os valores equivalentes às contribuições previdenciárias não recolhidas à entidade gestora do Regime Próprio de Previdência e ao Regime Geral da Previdência Social, quando as contribuições a este forem feitas mediante descontos nas cotas do FPM do Município.

Parágrafo Único. Os valores serão contabilizados como repasses financeiros ou duodécimos, conforme o caso, e apropriados como despesas da unidade orçamentária, com a respectiva contra-partida.

Art. 70. Em caso de insuficiência de Caixa durante o exercício, o Poder Executivo poderá contratar junto a instituições financeiras, operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, observados os limites legais definidos em Lei.



Art. 71. As anistias, isenções de caráter não geral, os incentivos ou benefícios, a redução de alíquotas ou da base de cálculo dos tributos, são considerados renúncia de receita e deve estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e das medidas de compensação, nos termos do inciso II do art. 14 da Lei Complementar nº 101.

Art. 72. A concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária limitar-se-á as previsões contidas no Código Tributário Municipal.

Parágrafo Único. O ato que conceder ou ampliar incentivos, isenções ou benefícios de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 73. As receitas resultantes da alienação de bens integrantes do patrimônio público não serão aplicadas no financiamento de despesas correntes, salvo se destinada, por lei, aos regimes de previdência social.

Art. 74. A criação ou expansão de ações governamentais que acarrete aumento de despesa deverá constar do plano plurianual ou ter sua inclusão autorizada e está contemplada nas prioridades constantes no anexo I desta Lei.

Parágrafo Único. Para os efeitos do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, àquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo valor seja inferior ao definido nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 75. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos da administração pública deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo as despesas destacadas em atividade específica na estrutura programática, sob denominação que permita a sua clara identificação e análise.

Art. 76. É obrigatório o registro, em tempo integral, da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil no sistema de contabilidade do Município, por todos os órgãos que integram o orçamento municipal.

DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

Art. 77. As subvenções sociais e subvenções econômicas, quando for o caso, dependerão da existência de dotação orçamentária e autorização Legislativa, apresentação de Plano de Aplicação e prestação de contas, ressalvadas as definidas na Lei Orçamentária, que dependerão apenas de apresentação dos planos de aplicação e prestação de contas.

Parágrafo Único. A inclusão de dotações na Lei Orçamentária a título de subvenções e auxílios para entidades privadas sem fins lucrativos dependerá de:



- I – apresentação dos documentos de constituição da entidade;
- II – registro no órgão federal, estadual ou municipal competente;
- III – comprovação do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
- IV – prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.

Art. 78. As transferências de recursos para o setor privado para atender necessidades de pessoas físicas ou jurídicas obedecerão à regulamentação através de lei específica.

Art. 79. As contribuições financeiras destinadas a pessoas jurídicas dependerão de autorização Legislativa, apresentação de Plano de Aplicação e prestação de contas.

Art. 80. O Município poderá conceder auxílio financeiro a estudantes universitários para o custeio das despesas com transporte, quando o Município não oferecer a modalidade do ensino ou não oferecer meios de transporte, bem como bolsa escolar para o pagamento de estudos universitários, cujos critérios serão definidos em lei específica.

Art. 81 – Ficam autorizadas as concessões de contribuições financeiras à entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvam ações de saúde e assistência social, através de dotações orçamentárias próprias, especialmente as destinadas ao Hospital do Câncer, Instituto Materno Infantil de Pernambuco – IMIP e APAE.

Art. 82. O Município poderá firmar termo de parceria com entidades qualificadas, na forma da Lei, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público o OSCIPs, visando a execução de programas e ações desenvolvidas pelo Município que contribuam diretamente para o alcance das prioridades constantes do anexo I desta Lei, e os objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 83. As transferências a Fundos serão feitas mediante inclusão dos orçamentos dos mesmos no Orçamento Geral do Município e obedecerão ao disposto no título VII da Lei Federal n.º 4.320/64.

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL

Art. 84. O Regime Próprio de Previdência Social do Município de São João terá orçamento próprio incluído no orçamento geral do Município, e sua execução será feita de forma descentralizada.

Art. 85. As receitas de contribuições destinadas ao Regime Próprio de Previdência Social, bem como os rendimentos resultantes da aplicação do seu patrimônio, somente poderão ser utilizados para pagamento dos benefícios previdenciários previstos na Lei de instituição do Regime e das suas despesas administrativas, observado o limite pré-determinado.



Art. 86. O Regime Próprio de Previdência Social realizará avaliação atuarial anual para definição das alíquotas de contribuição, e da reserva matemática para manutenção dos benefícios.

Art. 87. Os recursos provenientes das contribuições previdenciárias são considerados vinculados à finalidade específica, não se sujeitando a nenhuma desvinculação.

DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 88. Para fins de transparência da gestão e em observância ao princípio da publicidade, o Poder Executivo tornará disponível na Internet, página oficial do Município, para acesso público, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, acompanhadas dos seus anexos.

Art. 89. Nos meses de julho de cada ano e janeiro do ano seguinte serão disponibilizados na página do Município na Internet os demonstrativos de avaliação do cumprimento das metas fiscais, logo após a realização da audiência pública na Comissão competente na Câmara Municipal.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 90. A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação das despesas, ficando autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares até 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada e a contratação de operações de créditos por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da receita estimada, nos termos da legislação em vigor, vedada à utilização dos recursos provenientes da operação de crédito por antecipação da receita para pagamento de despesas com pessoal.

Art. 91. Os créditos adicionais serão contabilizados como créditos suplementares, especiais e extraordinários, independente da fonte de recursos.

§ 1º. O reforço de crédito especial e de crédito extraordinário aberto no exercício dar-se-á, respectivamente, pela abertura de crédito especial e de crédito extraordinário.

§ 2º. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Prefeito.

Art. 92. As insuficiências de dotações do grupo de despesas de pessoal e encargos sociais e as destinadas ao pagamento das despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, serão atendidas mediante abertura de créditos suplementares, utilizando como recursos anulação de dotações orçamentárias, ficando o chefe do Poder Executivo, para tanto, desde já autorizado.



Art. 93. A tramitação do Projeto de Lei Orçamentária na Câmara Municipal obedecerá ao que determina a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno do Poder Legislativo.

Art. 94. Não sendo o Projeto de Lei Orçamentária aprovado até o término do último período legislativo de 2009, a Câmara Municipal será, de imediato, convocada extraordinariamente pelo Presidente, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal, em sessões diárias e sucessivas até que seja o Projeto aprovado.

Art. 95. Os valores expressos na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados, mediante decreto do Prefeito, nos meses de abril, julho e outubro, com base na variação do INPC acumulada no período.

Art. 96. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2008, fica autorizada a execução da programação dele constante até o montante das respectivas dotações alocadas.

§ 1º. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as dotações orçamentárias à conta de recursos de transferências voluntárias.

§ 2º. Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, até 30 (trinta) dias após a sanção da Lei Orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares, mediante anulação de dotações orçamentárias, ficando o Executivo desde já para tanto autorizado, não se sujeitando ao limite autorizado na Lei Orçamentária.

§ 3. O Prefeito decretará a programação financeira com base nos valores nela contidos e executará a sua programação obedecendo aos limites mensais dos créditos orçamentários.

Art. 97. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de obrigações ou compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 98. O Poder Executivo, poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, esportes, lazer, turismo, saúde, assistência social, segurança, infra-estrutura urbana, agricultura, transportes, comunicações, meio ambiente, ou para desenvolver quaisquer programas que possam ser implantados ou implementados na área de atuação do Município ou para a manutenção de serviços básicos de interesse coletivo, ficando desde já autorizado.



Art. 99. O Prefeito poderá apresentar à Câmara Municipal, Projeto de Lei para modificação da Lei de Diretrizes Orçamentárias até quinze dias antes da apresentação da Proposta Orçamentária.

Art. 100. É assegurado à Câmara Municipal através da Comissão competente, o acesso irrestrito às informações contábeis e financeiras, para cumprimento do disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 101. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal João de Assis Moreno, em 08 de dezembro de 2009.



Pedro Antônio Vilela Barbosa
Prefeito



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO I

PRIORIDADES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

PODER LEGISLATIVO

- Prosseguir ações no âmbito da Câmara Municipal com o objetivo de adequá-las as atribuições constitucionais;
- Manter as atividades legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;
- Melhorar as instalações do prédio da Câmara Municipal;
- Equipar a Câmara para melhoria de seus serviços.
- Efetuar o pagamento das obrigações previdenciárias patronais da Câmara.

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO

- Manter as ações relacionadas ao exercício de direção, supervisão, coordenação e assessoramento técnico do Poder Executivo e respectivas Secretarias;
- Manter os serviços do cerimonial;
- Manter as atividades de assessoramento administrativo e jurídico do Prefeito;
- Manter o sistema de Processamento de Dados, visando modernizar e tornar mais eficiente os serviços administrativos;
- Manter as ações desenvolvidas com o objetivo de organizar e manter os serviços dos órgãos da Administração Pública;
- Manter contribuição para funcionamento dos órgãos de assessoramento e associações de municípios como CODEAM, AMUPE E CNM;
- Desenvolver ações para manutenção e ampliação da frota de veículos do município.
- Dar publicidade aos atos, programas e serviços da administração municipal;
- Manter a realização de capacitação dos servidores municipais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Implementar ações no sentido de gerar renda, junto a grupos carentes, através da instalação de unidades produtivas familiares, núcleos de produção comunitária e pequenos negócios;



- Desenvolver mutirão comunitário de melhoria habitacional em comunidades de baixa renda;
- Desenvolver ações de apoio nutricional nas comunidades carentes;
- Promover ações de apoio a grupos de jovens, crianças e adultos, nas áreas educação, cultura, lazer, desportos e assistência social;
- Oferecer oportunidades de profissionalização a adolescentes carentes;
- Assistir famílias carentes com programas de apoio para garantir renda para suas necessidades básicas tais como: alimentação, saúde, educação, moradia, vestuário e cidadania;
- Desenvolver o Programa de Valorização Humana;
- Desenvolver programas de geração de emprego com a melhoria da qualidade da mão de obra.
- Desenvolver cursos profissionalizantes;
- Desenvolver ações visando assistir aos portadores de deficiência, auditiva e visual;
- Realizar convênios com vistas ao atendimento ao idoso (azilar ou extra-azilar);
- Implantar programa de atendimentos a criança em creche;
- Proporcionar apoio e assistência ao idoso.

SAÚDE

- Desenvolver ações preventivas para manter a saúde da população;
- Desenvolver ações objetivando o controle e a vigilância das doenças transmissíveis e endêmicas;
- Promover ações visando controle das doenças sexualmente transmissíveis;
- Desenvolver ações que proporcionem apoio logístico aos serviços de epidemiologia;
- Promover a vigilância sanitária no âmbito municipal;
- Desenvolver ações específicas, visando o controle de doenças transmissíveis de origem hídrica parasitária;
- Desenvolver ações de orientação educativa sobre higiene bucal e de melhoria de saúde oral, além de extensão de assistência as gestantes e crianças de 7 a 14 anos;
- Manter ações de desenvolvimento para promoção, proteção, recuperação e reabilitação de saúde.
- Manter as ações relacionadas com a criação e manutenção de infra-estrutura para prestação de serviços médicos, através da rede hospitalar dos ambulatórios e postos de saúde;
- Manter as ações pertinentes à criação e manutenção de infra-estrutura para prevenção e combate as doenças, objetivando seu controle e/ou erradicação, assim como o estabelecimento de medidas de vigência epidemiológica;
- Promover ações específicas para desnutridos e gestantes;
- Manter e ampliar o sistema de transporte de pacientes, através da aquisição de ambulâncias e ou locação de veículos;
- Implementar ações para o funcionamento da farmácia básica objetivando suprir as necessidades das pessoas carentes;



- Implementar ações visando a ampliação de ofertas dos exames complementares de diagnóstico;
- Recuperação da estrutura física da rede municipal de Saúde;
- Aquisição de equipamentos e contratação de pessoal para melhorar os serviços de saúde ofertados à população.

EDUCAÇÃO

- Manter as ações que visem proporcionar do ensino Infantil ao Ensino Fundamental da 1ª a 8ª série, destinada à formação da criança e do pré-adolescente, independente da aptidão ou intelectualidade;
- Manter as ações desenvolvidas com o objetivo de preparar a criança menor de 7 anos para sua admissão ao ensino regular de primeiro grau;
- Manter as ações que visem programas especiais para o aprendizado de deficientes físicos, proporcionando-lhes educação especial;
- Aumentar a oferta de vagas no ensino fundamental, especialmente nas séries iniciais;
- Adquirir prédios e terrenos para escolas e construir, ampliar, recuperar e manter a rede física escolar;
- Adquirir e recuperar equipamentos e mobiliários escolares;
- Introduzir e manter escolas profissionalizantes, oferecendo novas opções de escolaridade;
- Apoiar as ações desenvolvidas para melhoria da educação básica na Zona Rural;
- Manter programas de merenda escolar para melhoria do padrão alimentar do educando;
- Avaliar o desempenho da rede escolar, através da ampliação de testes de conteúdo mínimo de rendimento do educando e do educador;
- Manter as ações destinadas ao desenvolvimento do Programa de Renda Mínima "Bolsa Escola";
- Manter um efetivo sistema de transporte de estudantes e de professores através de aquisição e locação de veículos;
- Desenvolver ações do Programa; Compromisso de Todos pela Educação.

CULTURA

- Preservar e desenvolver manifestações no campo da música, da dança, da poesia e do teatro;
- Manter as ações que visam o desenvolvimento dos esportes, da recreação e das aptidões físicas do indivíduo;
- Manter as ações que visam o desenvolvimento das atividades pertinentes aos esportes praticados por amadores, inclusive o desporto estudantil;



- Manter as ações destinadas ao funcionamento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da educação física, desportos e da recreação de caráter comunitário, extensivo à população de maneira geral;
- Manter as ações que visam proporcionar, principalmente a estudantes carentes de recursos, condições para sua participação integral nas atividades de ensino e cultura;
- Manter as ações que tem por objetivo de difundir a cultura em geral a todas as camadas da população, com o cultivo e o desenvolvimento das artes, o desenvolvimento das atividades literárias e o apoio a entidades na área, e apoio aos festejos tradicionais;
- Manter as ações para promoção das festas e eventos tradicionais, culturais e folclóricos, com divulgação das tradições culturais.

DIREITOS DA CIDADANIA

- Manter as ações desenvolvidas para garantia dos direitos da cidadania;
- Assistir famílias carentes com programas de apoio para melhoria na qualidade de vida;
- Desenvolver ações para o resgate da cidadania com a preservação da família.

URBANISMO

- Manter as ações desenvolvidas no sentido de aperfeiçoar o processo de urbanização no Município, estabelecendo uma estrutura de cidade capaz de servir aos objetivos de crescimento econômico;
- Manter as ações relativas à coleta, varrição e limpeza de vias públicas, bem como a destinação final do lixo, envolvendo trabalho de aterro sanitário, usinas de tratamento, etc...
- Manter as ações relacionadas à implantação, ampliação, manutenção e operação dos serviços de iluminação de vias e logradouros públicos;
- Manter as ações relacionadas à implantação e manutenção de parques, jardins e de arborização das vias públicas.

HABITAÇÃO

- Manter as ações desenvolvidas no sentido de promover, incentivar, apoiar e executar a política habitacional no Município;
- Manter as ações relacionadas ao planejamento, promoção e construção de residências, a fim de satisfazer as necessidades de habitação na cidade e zona rural (aglomerados);
- Manter programas de recuperação e reconstrução de habitações populares;
- Implementar programa de melhoria habitacional para famílias de baixa renda.



SANEAMENTO

- Manter as ações relacionadas com o planejamento, instalação, ampliação, operação e manutenção de sistemas públicos de esgotos sanitários e despejos industriais;
- Manter as ações que visam o abastecimento d'água de boa qualidade as populações; o destino final dos esgotos domésticos e despejos industriais e a melhoria das condições sanitárias das comunidades;
- Manter as ações relacionadas com o planejamento ou sistemas de abastecimento d'água e o controle de sua qualidade;
- Manter as ações desenvolvidas para proteção ao meio-ambiente com a construção de obras hídricas para combate aos efeitos da seca;
- Manter as ações desenvolvidas em benefício das comunidades, no que se refere à melhoria do nível de higiene pública, inclusive o controle das regiões e logradouros insalubres e outros possíveis focos que atentem contra a saúde pública;

GESTÃO AMBIENTAL

- Manter as ações de Preservação do meio ambiente;
- Desenvolver ações sócio-educativas visando orientar a população para a preservação do meio ambiente;
- Manter as ações de preservação dos Sítios Históricos;
- Manter ações de preservação dos mananciais hídricos;
- Preservar as margens dos cursos d'água com implantação de matas ciliares, nativas e exóticas;
- Desenvolver ações para o reflorestamento das áreas devastadas não utilizáveis.

AGRICULTURA

- Manter as ações visando o desenvolvimento e planejamento da agro-pecuária, objetivando obter elevação da produção e produtividade;
- Manter as ações relacionadas com a prevenção, erradicação e combate às doenças e pragas das plantas e dos produtos vegetais e, ainda a vigilância sanitária na produção, no trânsito e no comércio de produtos de origem vegetal;
- Manter as atividades relacionadas com a pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos agrícolas, que adicionados ao solo, corrigem-no ocasionando o aumento de sua fertilidade;
- Manter as ações relacionadas com a implantação e operação de sistemas destinados à irrigação dos solos, a fim de oferecer condições adequadas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias;



- Manter as ações relacionadas com a introdução de processos mecânicos no meio rural, visando obter maior produtividade no trabalho agrícola através da divulgação dos equipamentos e dos financiamentos para sua aquisição;
- Ampliar a infra-estrutura de apoio à produção agro-pecuária, através da captação d'água, aquisição de máquinas e implementos agrícolas;
- Estimular programas agrícolas que contemplem a diversificação de lavouras;
- Contribuir com programas de preparo do solo para facilitar o trabalho do produtor;
- Manter as ações relacionadas com a aquisição, pesquisa, desenvolvimento, produção e distribuição de sementes e mudas de melhor padrão genético, destinados a elevar os índices de produtividade agrícola;
- Manter as ações relacionadas com a prevenção, erradicação e combate às doenças que afetam a produção pecuária;
- Manter as ações desenvolvidas no sentido de planejar, promover e criar condições de fornecimento de gêneros e mercadorias ao mercado consumidor;
- Manter as ações desenvolvidas no sentido de fazer cumprir a legislação relativa à inspeção de produtos agropecuários quanto aos aspectos higiênicos-sanitários, qualidade e padronização para comercialização, inclusive do Matadouro Municipal;
- Manter as ações relacionadas ao planejamento e execução de medidas preventivas ou corretivas que visem proteger o solo contra os agentes causadores de seus desgastes.

INDUSTRIA

- Implementar e manter as ações desenvolvidas para promoção da indústria como atividade econômica;
- Construir no Município um Matadouro Público com características de pequena indústria, visando atender as exigências para o setor no que diz respeito a higiene e a preservação do meio ambiente.
- Incentivar iniciativas voltadas à produção industrial de pequeno porte para geração de renda familiar.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Implementar e manter as ações desenvolvidas para promoção do comércio local;
- Estimular o comércio local com a realização de eventos voltados para o desenvolvimento do comércio como atividade econômica.
- Manter ações para orientação ao comércio local com capacitação para participação em processos de licitação.

COMUNICAÇÕES

- Manter as ações relativas ao planejamento e implantação da infra-estrutura da rede telefônica, convencional e celular no território municipal;



- Manter as ações relativas à comunicação através de captação e retransmissão de sinais de TV;
- Implantar informativo municipal com divulgação pela imprensa falada e escrita.

ENERGIA

- Manter as ações desenvolvidas no sentido de promover e executar a política de distribuição de energia elétrica na Zona Rural;
- Manter as ações relativas ao planejamento, construção, expansão e melhoria de redes de distribuição na Zona Urbana;
- Manter ações voltadas para eletrificação de casas populares.
- Fornecer energia elétrica no meio rural, promovendo o desenvolvimento rural e apoiando pequenos produtores rurais.

TRANSPORTE

- Manter as ações relativas à implantação de estradas, geralmente municipais, destinadas a ligar centros de produção a rede rodoviária básica. São normalmente estradas entre fazendas, sítios ou terrenos minifundiários de produção comercial ou substancial dentro do município, ou de município para município;
- Manter o controle, conservação e recuperação das estradas;
- Manter o controle, conservação e recuperação das estradas municipais constantes do plano rodoviário municipal e sua infra-estrutura inclusive com a inclusão de novas estradas e atualização do plano rodoviário.

DESPORTO E LAZER

- Manter as ações que visam o desenvolvimento dos esportes, da recreação e das aptidões físicas do indivíduo;
- Manter as ações que visam o desenvolvimento das atividades pertinentes aos esportes praticados por amadores, inclusive o desporto estudantil;
- Manter as ações destinadas ao funcionamento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da educação física, desportos e da recreação de caráter comunitário, extensivo à população de maneira geral;
- Adquirir terrenos e construir quadras poliesportiva.



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO II

METAS FISCAIS

PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

As Metas Fiscais para o exercício de 2010, que servirão de base para a elaboração do orçamento, traduzem as seguintes prioridades:

- I – geração de resultado primário positivo de 5% (cinco por cento) do valor total da receita orçamentária realizada;
- II – redução do montante da dívida consolidada líquida em 10% (dez por cento) do valor total do passivo;
- III – pagamento de precatórios judiciais em valor equivalente a 3% (três por cento) do valor recebido de transferências dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios;
- IV – manter dentro dos limites fixados, a despesa com pessoal, utilizando para tanto, redução de despesa pelos meios legais;
- V – manter nos mesmos níveis os valores de restos a pagar, evitando o seu acréscimo;
- VI – aumento da arrecadação própria do município, utilizando meios e métodos tecnicamente legais;
- VII – retomada das ações de investimentos em obras de infra-estrutura, com aplicação de pelo menos 5% (cinco por cento) do valor da receita orçamentária obtida;
- VIII – redução do déficit financeiro, com o equilíbrio das finanças públicas, limitando gastos e incentivando a arrecadação municipal;
- IX – alcançar resultado econômico positivo, através de um maior controle dos bens patrimoniais;
- X – redução do montante da dívida ativa, através da efetiva cobrança.



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO III

METAS FISCAIS

METAS DE RECEITAS E DESPESAS DO EXERCÍCIO

As Metas Fiscais para o exercício de 2010 estão distribuídas em quatro itens e serão atingidas com a aplicação dos critérios e premissas mencionadas, exigindo aplicação do administrador para obtenção de um resultado positivo.

1. Metas Relativas às Receitas

As metas relativas à receita para 2010 visam o aumento da arrecadação com a aplicação de mecanismos para redução da evasão fiscal, através de incentivos ao contribuinte.

Para a definição dos valores da receita projetada para o exercício de 2010, e para os dois anos subsequentes, será utilizado o método do **alinhamento da reta pelo método dos mínimos quadrados**, sendo a metodologia dos cálculos encaminhada aos órgãos competentes no prazo legal.

Para definição da receita, estão previstas as seguintes metas fiscais:

1. Crescimento vegetativo de 5% (cinco por cento), considerando a evolução da receita nos dois últimos exercícios;
2. Incremento de até 10% (dez por cento) na arrecadação tributária de 2010, tendo em vista as ações relacionadas com o recadastramento tributário, reavaliação da planta de valores e o incremento da fiscalização;
3. Incremento de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na arrecadação da Dívida Ativa Tributária mediante cobrança administrativa ou executiva, conforme o caso;
4. Projeção dos efeitos inflacionários estimados em 4,97% (quatro vírgula sessenta por cento) em relação ao exercício de 2009, com base na variação do índice de preços.



Na estimativa da receita deverá ser considerado o valor destinado ao incentivo ao pagamento dos tributos mediante descontos, já definidos no Código Tributário Municipal, compensado com as seguintes medidas:

1. atualização do cadastro imobiliário e fiscal do município, objetivando ampliar a base para lançamento de impostos;
2. revisão dos critérios para cobrança das taxas municipais;
3. Atualização do Cadastro de Atividades Econômicas ampliando o número de contribuintes.

2. Metas Relativas às Despesas.

As metas relativas à despesa para o exercício de 2010 visam alcançar maior benefício a menor custo, tanto no exercício de 2010, como nos dois exercícios subsequentes.

As metas fiscais para realização da despesa programada para o exercício são as seguintes:

1. A despesa deverá limitar-se a 95% (noventa e cinco por cento) do total da receita prevista, destinando-se 5% (cinco por cento) para geração do superávit primário para amortização da dívida flutuante, especialmente Restos a Pagar; 2% (dois por cento) para formação da Reserva de Contingência, para custear passivos contingentes, inclusive criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa ou novas despesas consideradas como obrigatórias de caráter continuado;
2. A despesa total com pessoal deverá manter-se dentro dos limites permitidos, sendo: 60% (sessenta por cento) do valor da Receita Corrente Líquida para a despesa consolidada; 54% (cinquenta e quatro por cento) para as despesas do Poder Executivo; e 6 (seis por cento) para as despesas do Poder Legislativo.
3. A despesa total com pessoal observará o limite prudencial, devendo, em caso de ultrapassar o limite, serem reduzidas pela ordem as seguintes despesas:
 - 1) Despesas com gratificações;
 - 2) Despesas com horas extras;
 - 3) Despesas com cargos comissionados;
 - 4) despesas com contratações temporárias.



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO IV

METAS FISCAIS

METAS DE RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Para o exercício de 2010, estima-se o seguinte resultados:

1. Resultado Primário: 5% (cinco por cento) do valor da Receita Corrente Líquida;
2. Resultado Nominal com previsão definida no anexo VI, com possibilidade de variação na execução em razão da cobrança de taxa variável de reajuste, nos parcelamentos de débitos com o INSS e FGTS e incorporação de dívidas ainda não reconhecidas.



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ANEXO V

ARF, (LRF, ART. 4º, § 3º)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
RISCOS ORÇAMENTÁRIOS	770.000	RISCOS ORÇAMENTÁRIOS	1.120.000
Aumento do salário mínimo	250.000	reserva de contingência	300.000
Desapropriação de Imóveis	100.000	Abertura de Créditos Suplementares por anulação de dotação	700.000
Epidemias e Pragas	20.000	Abertura de Créditos Especiais Extra-ordinários	100.000
Intempéries	50.000	Cobrança Judicial	10.000
Emergências	100.000	Aumento de Fiscalizações	5.000
Calamidade Pública	100.000	Recadastramento Tributário	5.000
Frustração na Cobrança de Dívida Ativa	20.000		
Despesa não Orçada ou Orçada à Menor	50.000		
Fatos não previstos na execução de Obras ou Serviços	50.000		
Redução de Impostos	30.000		
RISCOS DECORRENTES DA GESTÃO DA DÍVIDA	350.000		
Condenações Judiciais	50.000		
Atualização de Passivos	100.000		
Confissão de Dívidas	200.000		
TOTAL	1.120.000	TOTAL	1.120.000



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

ANEXO VI

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1

R\$

Discriminação	2010			2011			2012		
	VALORES		%PIB (a/PIB)x 100	VALORES		%PIB (a/PIB)x 100	VALORES		%PIB (a/PIB)x 100
	Correntes (a)	Constante (b)		Correntes (a)	Constante (b)		Correntes (a)	Constante (b)	
RECEITA TOTAL	27.943.517	26.361.808	0,0503	30.817.870	28.936.967	0,0555	33.769.522	31.708.471	0,0608
Receitas Primárias (I)	27.850.581	26.274.133	0,0502	30.724.935	28.849.704	0,0554	33.652.906	31.598.973	0,0606
DESPESA TOTAL	26.510.707	25.010.101	0,0478	29.219.850	27.436.479	0,0526	32.104.595	30.145.160	0,0578
Despesas Primárias (II)	26.285.849	24.797.971	0,0474	28.916.562	27.151.701	0,0521	31.745.363	29.807.853	0,0572
RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	1.564.732	1.476.163	0,0028	1.808.373	1.698.002	0,0033	1.907.543	1.791.120	0,0034
RESULTADO NOMINAL	(1.071.942)	1.476.163	(0,0019)	(1.018.345)	1.601.889	(0,0018)	(967.427)	1.332.354	(0,0017)
Dívida Pública Consolidada	1.235.000	(1.011.266)	0,0022	1.173.250	(902.068)	0,0021	1.114.588	(750.285)	0,0020
Dívida Consolidada Líquida	(1.345.460)	1.165.094	(0,0024)	(1.278.187)	1.039.286	(0,0023)	(1.214.278)	864.415	(0,0022)

Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto da Saldo das PPP (VI) = (IV - V)									

FONTE:

Fonte: Prestação de Contas do Exercício de 2008.

Dívida Consolidada Líquida de 2007 (303.067)
PIB Estadual de 2006 (último divulgado pelo IBGE) 55.505.000.000
Dívida Consolidada Líquida de 2008 (Valores Correntes) (1.490.814)
Dívida Consolidada Líquida de 2008 (Valores Constantes) (1.572.809)



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

METAS ANUAIS

ANEXO VII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso I

R\$

	METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		VARIAÇÃO	
	2008 (a)	% PIB	2008 (b)	% PIB	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
RECEITA TOTAL	21.126.000	0,0381	23.780.334	0,0428	(2.654.334)	(12,5643)
Receitas Primárias (I)	21.014.800	0,0379	23.612.714	0,0425	(2.597.914)	(12,3623)
DESPESA TOTAL	20.883.400	0,0376	18.075.040	0,0326	2.808.360	13,4478
Despesas Primárias (II)	20.783.400	0,0374	18.075.040	0,0326	2.708.360	13,0314
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	231.400	0,0004	5.537.674	0,0100	(5.306.274)	(2.293,1177)
RESULTADO NOMINAL	(1.608.492)	(0,0029)	(1.187.747)	(0,0021)	(420.745)	26,1577
Dívida Pública Consolidada	0	0,0000	0	0,0000	0	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	(489.980)	(0,0009)	(1.490.814)	(0,0027)	1.000.835	(204,2604)

Fonte: Prestação de Contas do Exercício de 2008.

Dívida Consolidada Líquida de 2007

(303.067)

PIB Estadual de 2006 (último divulgado pelo IBGE)

55.505.000.000





PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/7-20210311111757.pdf
assinado por : idUser 138



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO VIII

Discriminação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$	
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	
RECEITA TOTAL	18.675.851	23.780.334	27,33	25.985.000	9,27	27.943.517	7,54	30.817.870	10,29	33.769.522	9,58	
Receita Primária (I)	18.594.961	23.612.714	26,98	26.046.600	10,31	27.850.581	6,93	30.724.935	10,32	33.652.906	9,53	
DESPESA TOTAL	18.612.522	18.075.040	(2,89)	25.724.970	42,32	26.510.707	3,05	29.219.850	10,22	32.104.595	9,87	
Despesa Primária (II)	18.592.553	18.075.040	(2,78)	25.624.970	41,77	26.285.849	2,58	28.916.562	10,01	31.745.363	9,78	
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	63.329	5.537.674	8.644,30	421.630	(92,39)	1.564.732	271,12	1.808.373	15,57	1.907.543	5,48	
RESULTADO NOMINAL	241.469	(1.187.747)	(591,88)	(1.128.360)	(5,00)	(1.071.942)	(5,00)	(1.018.345)	(5,00)	(967.427)	(5,00)	
Dívida Pública Consolidada	0	0	0	1.300.000	100,00	1.235.000	(5,00)	1.173.250	(5,00)	1.114.588	(5,00)	
Dívida Consolidada Líquida	(303.067)	(1.490.814)	391,91	(1.416.274)	(5,00)	(1.345.460)	(5,00)	(1.278.187)	(5,00)	(1.214.278)	(5,00)	

Discriminação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$	
	2007	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	
RECEITA TOTAL	20.885.204	25.088.252	20,12	25.985.000	3,57	26.361.808	1,45	27.299.026	3,56	22.705.669	(16,83)	
Receita não Financeira (I)	20.794.745	24.911.413	19,80	26.046.600	4,56	26.274.133	0,87	27.216.702	3,59	22.637.197	(16,83)	
DESPESA TOTAL	20.814.383	19.069.167	(8,38)	25.724.970	34,90	25.010.101	(2,78)	25.883.471	3,49	21.528.296	(16,83)	
Despesa não Financeira (II)	20.792.052	19.069.167	(8,29)	25.624.970	34,38	24.797.971	(3,23)	25.614.813	3,29	21.304.843	(16,83)	
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	70.821	5.842.246	8.149,34	421.630	(92,78)	1.476.163	250,11	1.601.889	8,52	1.332.354	(16,83)	
RESULTADO NOMINAL	270.035	(1.253.073)	(564,04)	(1.128.360)	(9,95)	(1.011.286)	(10,38)	(902.068)	(10,80)	(750.285)	(16,83)	
Dívida Pública Consolidada	0	0	0,00	1.300.000	100,00	1.165.094	(10,38)	1.039.286	(10,80)	864.415	(16,83)	
Dívida Consolidada Líquida	(338.920)	(1.572.809)	364,06	(1.416.274)	(9,95)	(1.269.302)	(10,38)	(1.132.241)	(10,80)	(941.729)	(16,83)	

FONTE:

Inflação
INPC 2005= 5,05
IMPC 2008=2,81

Índice de Inflação Previsto:

2010 6,00
2011 6,50
2012 6,50



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ANEXO IX

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso III

R\$

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/ Capital	2.251.666	-20,62%	3.382.167	150,21%	3.474.832	102,74%
Reservas						
Resultado Acumulado	(13.172.078)	120,62%	(1.130.501)	-50,21%	(92.665)	-2,74%
Total	(10.920.412)	100%	2.251.666	100%	3.382.167	100%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/ Capital	(12.359.382)	92,79%	(11.145.965)	90,18%	728.662	-6,54%
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(960.467)	7,21%	(1.213.417)	9,82%	(11.874.627)	106,54%
Total	(13.319.849)	100%	(12.359.382)	100%	(11.145.965)	100%

Fonte: Prestação de Contas-Balanco Patrimonial



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

ANEXO X

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2008 (a)	2007	2006
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	40.050	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	40.050	0	0
TOTAL	40.050	0	0

RECEITAS REALIZADAS	2008 (b)	2007 (e)	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	0	0	0
Regime Geral da Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	2008 (c) = (a-b)+(f)	2007 (f) = (d-e)+(g)	2006 (g)
Valor (III)	40.050	0	0

Fonte:

Nota:



[Handwritten signature]

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
ANEXO XI

LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2006	2007	2008
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	365.496,76	441.338,16	689.108,62
RECEITAS CORRENTES	365.496,76	441.338,16	689.108,62
Receita de Contribuições dos Segurados	301.843,49	379.432,42	576.076,00
Pessoal Civil	301.843,49	379.432,42	576.076,00
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			0,00
Receita Patrimonial	63.653,27	61.905,74	113.032,62
Receita de Serviços			
Outras Receitas correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	240.506,10	625.246,16	977.650,65
RECEITAS CORRENTES	240.506,10	625.246,16	977.650,65
Receita de Contribuições	240.506,10	615.719,23	977.650,65
Patronal	240.506,10	615.719,23	977.650,65
Pessoal Civil	240.506,10	615.719,23	977.650,65
Pessoal Militar			
Para Cobertura de Déficit Atuarial			
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	0,00	9.526,93	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	606.002,86	1.066.584,32	1.666.759,27

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2006	2007	2008
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	632.298,62	832.138,52	942.471,80
ADMINISTRAÇÃO	47.242,47	59.316,35	55.305,69
Despesas Correntes	47.242,47	58.662,35	54.977,69
Despesas de Capital	0,00	654,00	328,00
PREVIDÊNCIA	585.056,15	772.822,17	887.166,11
Pessoal Civil	585.056,15	704.559,91	887.166,11
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	68.262,26	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	632.298,62	832.138,52	942.471,80
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-26.295,76	234.445,80	724.287,47
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	733.522,40	951.055,35	1.769.721,36



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

ANEXO XI

LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2006	2007	2008
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
FONTE:			



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
ANEXO XII

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(d Exerc. ant.)+(c)
				1.769.721
2009	2.782.589	875.742	1.906.847	3.676.568
2010	2.768.843	902.733	1.866.110	5.542.678
2011	2.589.887	929.994	1.659.893	7.202.571
2012	2.268.108	957.528	1.310.580	8.513.151
2013	1.821.687	985.337	836.350	9.349.502
2014	1.265.851	1.013.424	252.427	9.601.929
2015	613.639	1.087.376	-473.738	9.128.191
2016	303.298	1.107.367	-804.069	8.324.122
2017	254.873	1.145.791	-890.919	7.433.204
2018	214.179	1.211.950	-997.772	6.435.432
2019	179.982	1.251.420	-1.071.438	5.363.994
2020	151.245	1.291.285	-1.140.040	4.223.954
2021	127.097	1.331.548	-1.204.452	3.019.503
2022	106.804	1.417.799	-1.310.995	1.708.508
2023	89.751	1.495.795	-1.406.043	302.465
2024	75.421	1.583.688	-1.508.266	-1.205.802
2025	63.379	1.645.109	-1.581.730	-2.787.531
2026	53.260	1.725.378	-1.672.118	-4.459.649
2027	44.756	1.815.567	-1.770.810	-6.230.460
2028	37.610	1.952.242	-1.914.631	-8.145.091
2030	26.559	2.220.771	-2.194.212	-10.339.303
2031	22.319	2.334.147	-2.311.828	-12.651.131
2032	18.755	2.430.423	-2.411.668	-15.062.799
2033	15.761	2.618.831	-2.603.070	-17.665.870
2034	13.244	2.717.954	-2.704.710	-20.370.580
2035	11.130	2.900.120	-2.888.991	-23.259.571
2036	9.353	3.120.576	-3.111.223	-26.370.794
2037	7.859	3.334.119	-3.326.259	-29.697.053
2038	6.604	3.577.148	-3.570.543	-33.267.596
2039	5.550	3.731.438	-3.725.888	-36.993.485
2040	4.664	3.914.623	-3.909.959	-40.903.443
2041	3.919	4.145.223	-4.141.304	-45.044.747
2042	3.293	4.341.662	-4.338.368	-49.383.115
2043	2.768	4.549.182	-4.546.414	-53.929.530
2044	2.326	4.795.245	-4.792.919	-58.722.448
2045	1.954	5.043.768	-5.041.814	-63.764.262
2046	1.642	5.203.608	-5.201.966	-68.966.228
2047	1.380	5.374.163	-5.372.783	-74.339.011
2048	0	5.555.541	-5.555.541	-79.894.552
2049	0	5.711.382	-5.711.382	-85.605.933
2050	0	5.941.430	-5.941.430	-91.547.364
2051	0	5.954.546	-5.954.546	-97.501.910
2052	0	6.059.676	-6.059.676	-103.561.585
2053	0	6.120.272	-6.120.272	-109.681.858
2054	0	6.181.475	-6.181.475	-115.863.333
2055	0	6.243.290	-6.243.290	-122.106.623
2056	0	6.305.723	-6.305.723	-128.412.346



PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL
http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/47-20210311111757.pdf
assinado por: idUser 138

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

ANEXO XII

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(d Exerc. ant.)+(c)
2057	0	6.383.780	-6.383.780	-6.383.780
2058	0	6.432.468	-6.432.468	-6.432.468
2059	0	6.496.793	-6.496.793	-12.880.573
2060	0	6.570.877	-6.570.877	-19.451.450
2061	0	6.636.586	-6.636.586	-26.088.036
2062	0	6.702.952	-6.702.952	-32.790.988
2063	0	6.769.982	-6.769.982	-39.560.970
2064	0	10.885.568	-10.885.568	-50.446.537
2065	0	10.994.423	-10.994.423	-61.440.961
2066	0	11.104.368	-11.104.368	-72.545.328
2067	0	11.215.411	-11.215.411	-83.760.739
2068	0	11.327.565	-11.327.565	-95.088.305
2069	0	11.440.841	-11.440.841	-106.529.146
2070	0	11.555.249	-11.555.249	-118.084.395
2071	0	11.670.802	-11.670.802	-129.755.197
2072	0	11.787.510	-11.787.510	-141.542.707
2073	0	11.905.385	-11.905.385	-153.448.092
2074	0	12.024.439	-12.024.439	-165.472.531
2075	0	12.144.683	-12.144.683	-177.617.214



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITAS

ANEXO XIII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2010	2011	2012	
Taxa de fiscalização de Estabelecimentos	Anistia		1.494	1.174	1.932	Elaboração do Cadastro Econômico
Imposto Predial	Descontos Concedidos	Imobiliários	12.106	14.264	16.240	Revisão da Tabela de Valores
Imposto Territorial	Descontos Concedidos	Imobiliários	506	634	760	Recadastramento
ISSQN	Iisenção	Serviços	50.762	53.640	56.516	elaboração do cadastro econômico e prestadores de serviços
TOTAL			64.868	69.712	75.448	-



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

ANEXO XIV

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Atual
Aumento Permanente da Receita	0
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I+II)	0
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III -IV)	0

FONTE:

Nota: Previsão do aumento da arrecadação do FUNDEB
Previsão da redução da despesa total com o Pessoal



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS
ANEXO XV

CÓDIGO	PROGRAMAS
001	ATIVIDADES LEGISLATIVAS
002	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO
003	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
004	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR
005	DIVULGAÇÃO OFICIAL
006	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO
007	GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO
008	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
009	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
010	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE CONTROLE
011	GESTÃO DA RECEITA MUNICIPAL
012	PROTEÇÃO E APOIO AOS IDOSOS
013	PROTEÇÃO AO DEFICIENTE
014	PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
018	APOIO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
019	SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
020	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
025	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR
026	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO INATIVO
027	PROMOÇÃO DE SAÚDE
029	ASSISTÊNCIA MÉDICA - AMBULATORIAL
030	ASSISTÊNCIA MÉDICA - HOSPITALAR
031	FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO SANITÁRIA
032	CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
033	ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ESTUDANTES
037	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
038	FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
039	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA CRIANÇA
040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO P/ ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO
041	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ESPECIAL
042	PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA LOCAL
043	PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA CIDADANIA
044	PLANEJAMENTO URBANO
045	IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA CIDADE
046	LIMPEZA PÚBLICA
047	ILUMINAÇÃO PÚBLICA
048	PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
049	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
050	MELHORIA HABITACIONAL RURAL
053	MELHORIA HABITACIONAL URBANA
055	IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO RURAL
056	MELHORARIA DO SANEAMENTO BÁSICO RURAL
057	IMPLANTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO URBANO
058	MELHORIA DO SANEAMENTO BÁSICO URBANO
059	DEFESA CONTRA AS SECAS
060	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE
063	FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
064	FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA
065	PROTEÇÃO DA LAVOURA CONTRA DOENÇAS E PRAGAS
066	PROTEÇÃO DO REBANHO CONTRA DOENÇAS E PRAGAS
067	PROMOÇÃO DO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
068	INDUSTRIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS
ANEXO XV

CÓDIGO	PROGRAMAS
069	PROMOÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL
070	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO
071	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
072	IMPLANTAÇÃO E MELHORAMENTO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS
074	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO AMADOR
075	APOIO, INCENTIVO E PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER
000	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIÁRIOS
000	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS CONTRATADAS
000	PROVENTOS DE INATIVOS
000	PROVENTOS DE PENSIONISTAS
000	CONTRIBUIÇÕES

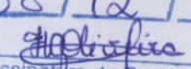


CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

O Plano Plurianual de Governo do Município de São João, Lei nº888, para o período de 2010 a 2013, foi publicada no dia 08 de dezembro de 2009, na Prefeitura Municipal de São João.

São João, 08 de dezembro de 2009.


Secretaria de Administração

PUBLICADO
08/12/2009

Assinatura do Responsável

